



ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA PARA SURDOS: REFLEXÕES DE PROFESSORES SURDOS EM FORMAÇÃO

Victor Lopes Bezerra ¹
Francisco Ebson Gomes-Sousa ²

RESUMO

Na busca por entender as necessidades e as dificuldades que a acessibilidade encontra no âmbito acadêmico e social, essa pesquisa teve como objetivo investigar como acontece a acessibilidade linguística para surdos na UFERSA Caraúbas – RN e quais as possibilidades de melhoria, tendo em vista percebê-las e, identificar as principais dificuldades e facilidades enfrentadas pelos alunos surdos na universidade. Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística. Realizamos o estudo pelo método descritivo exploratório e procedimentos predominantemente quantiquantitativos, cujos sujeitos no universo pesquisado são compreendidos por 10 alunos surdos com idades variadas vinculados ao curso de Letras Libras. A coleta de dados aconteceu pela aplicação de um questionário online bilíngue (Português e Libras). Nossos resultados apontam que existem uma falta de acessibilidade na universidade pesquisada, com base nas respostas do nosso questionário, além de que todas as estratégias pensadas nesta pesquisa, mostram-se como paliativas para melhorar o processo e auxílio na acessibilidade e inclusão das pessoas surdas em nossa universidade, mas que já são os primeiros passos para esta conquista.

Palavras-chave: Acessibilidade, Surdos, Libras, UFERSA.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o intuito de descrever as percepções dos sujeitos surdos sobre a acessibilidade, tendo a percepção e possíveis caminhos de solução para esta problemática. Com isso, buscando entender as necessidades e as dificuldades que a acessibilidade se encontra no âmbito acadêmico e social.

A pesquisa também surgiu de uma especificidade e interesse nosso, por ser surdo e recém-formado pelo curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA *campus* Caraúbas, uma vez que sentimos na pele algumas dessas questões que envolvem a acessibilidade. Dessa forma, também trago um desafio aqui, que é escrever na estrutura da língua portuguesa, como L2, ou segunda língua, para mim. Pensar na

¹ Graduado do Curso de Letras Libras da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, victorlopes999@hotmail.com;

² Professor de Libras do Departamento de Linguagens e Ciências Humanas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Doutorando em Linguística pelo PROLING da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, E-mail: ebson.gomes@ufersa.edu.br;



realidade da universidade de forma acessível para surdos foi nosso interesse, em tentar diminuir as barreiras de comunicação nos espaços da UFRSA, sendo essencial pensarmos juntos aos docentes e discentes como o ambiente social e acadêmico pode ser mais acessível para todos nós surdos.

A acessibilidade vem sendo uma medida social em muitos momentos descuidada pela maior parte da sociedade, onde as pessoas encontram diversas dificuldades nos locais que acabam frequentando. Logo, tendo como universo de pesquisa a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, no *campus* de Caraúbas, vemos quais são as condições necessárias que uma faculdade federal enfrenta em seu âmbito acadêmico para promover tal acessibilidade para pessoas com deficiência, e diante disso, quais melhorias são necessárias a serem feitas para que o *campus* possa se tornar acessível para toda a sociedade.

Com isso, é essencial a pesquisa para se obter uma observação com mais detalhes sobre os surdos acadêmicos, e mostrar quais são as barreiras de comunicação que existem no *Campus* da UFRSA. Com isso, vemos uma especificidade e necessidade local, tendo em vista dar um maior suporte para os alunos do *campus*, como toda nossa sociedade para que pensemos na acessibilidade, principalmente para surdos possa ter êxito, trazendo melhorias e boas condições para a vivência no *campus*.

Além da formação, os surdos acadêmicos necessitam de manter uma boa comunicação com os servidores, para tentar valorizar a identidade linguística desenvolvida durante os períodos acadêmicos. Logo, essa interação promove uma acessibilidade linguística na qual a comunicação existente entre os servidores permanece por todo o ambiente de trabalho. Assim, problematizamos: Como acontece a acessibilidade linguística para surdos na UFRSA Caraúbas – RN e quais as possibilidades de melhoria da mesma?

Devido às diversas situações nas quais há falta de comunicação em língua de sinais, não restam alternativas aos surdos que frequentam o *campus* de Caraúbas da UFRSA, que recorram às tentativas de comunicação por meio de gestos e mímica em espaços básicos, como a cantina do centro de convivência e o ao procedimento de empréstimo de livros do acervo bibliotecário, por exemplo. Em que é de extrema importância tornar não só esses espaços acessíveis, como qualquer espaço do *campus*, por isso justificamos a nossa pesquisa.

Situações essas são constrangedoras e desvalorizam a luta e a identidade linguística da comunidade surda num espaço educacional, onde há formação profissional específica na língua em questão, onde se discutem problemáticas como essa, bem como, a nossa experiência enquanto usuários deste serviço, é preciso que investiguemos como podemos auxiliar neste processo de acessibilidade.



Com isso, é necessária a valorização dos alunos surdos a partir da experiência visual e do emprego da escrita de sinais nas placas e letreiros de identificação, ou seja, buscar recursos visuais que minimizem as barreiras comunicativas e que motivem a autonomia dos surdos presentes naquele local.

Além disso, o surdo ao observar as barreiras de comunicação que enfrentam, como por exemplo, no bloco administrativo, nos atendimentos estudantis, com os psicológicos ou pedagógicos. Estas funções disponibilizadas pela UFERSA não facilitam um acesso acessível aos surdos presentes ali no campus. Não são vistos técnicos capacitados em Libras para tentar oferecer todo suporte possível, que temos na vivência e queremos auxiliar nisto uma vez que a acessibilidade linguística é mais que um direito, é um dever conforme vemos na legislação atual.

No *campus* Caraúbas, por oferecer o curso Libras é necessário que haja um curso de formação de Libras como segunda língua para os servidores da UFERSA. Para que assim, alunos surdos, técnicos, professores e demais servidores se tornem mais estimulados e consigam construir interações sociocomunicativas com todos ali presentes.

Por todo o exposto, pretendeu-se nesta **perceber como acontece a acessibilidade para surdos na UFERSA Caraúbas – RN**. Com isso, objetivos especificamente: 1 - Identificar as principais dificuldades e facilidades enfrentadas pelos alunos surdos na universidade. 2 - Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística.

METODOLOGIA

Os procedimentos que aqui mostrados visam descrever às proposições ditas nos nossos objetivos específicos. Nós realizamos com os professores, alunos surdos e servidores métodos de acordo com os objetivos para melhor esclarecimento do estudo. Nesta pesquisa predominantemente quantiquantitativa vamos mostrar passo a passo os principais objetivos: 1 - Identificar as principais dificuldades e facilidades enfrentadas pelos alunos surdos na universidade. 2 - Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística.

Como primeiro objetivo específico, temos o desenvolvimento de um questionário voltado aos professores e alunos surdos da instituição pesquisada. O questionário foi feito com os professores e alunos surdos do campus tendo perguntas voltadas a acessibilidade, questões sobre a falta de intérpretes na UFERSA, quais dificuldades encontradas pelos alunos e docentes

surdos, principalmente do curso de licenciatura em Letras Libras em se comunicarem, e junto deles procurar soluções para a melhora da acessibilidade na UFERSA como um todo.

Nas perguntas no formulário, os surdos conseguiram entender melhor devido a ter um vídeo traduzindo as perguntas que estão sendo feitas. Esse vídeo tem o intuito de facilitar o entendimento do questionamento e poder simplificar o contexto da pergunta para que os surdos consigam entender e apresentar respostas conclusivas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, pretendemos dialogar sobre as temáticas que ajudam a compreender este estudo, tendo como base, principalmente: 1 – O contexto legislativo, referente aos dispositivos legais que ampara as questões de acessibilidade para pessoas surdas; 2 – A acessibilidade para surdos e a UFERSA.

O contexto legislativo

O Decreto Federal nº 5626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005) estabelece que alunos com deficiência auditiva tenham o direito a uma educação bilíngue nas classes regulares. Em concordância, a Lei nº. 12.319 (BRASIL, 2010), de 1º de setembro de 2010, instituiu a profissão do TILS (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais). De acordo com o Art 6º inciso I dessa lei, dentre suas atribuições compreendem interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Dessa forma, é possível afirmar que legalmente, a função do tradutor e intérprete não se trata de uma espécie de bolsa da qual o sujeito surdo possa carregar consigo para os locais institucionais, espaços dos quais há o predomínio da língua oral portuguesa. A presença desse profissional na sala de aula representa um passo inicial fundamental e também um direito civil mínimo para o percurso educacional do surdo. Entretanto, é importante salientar que a oferta de um curso de graduação em licenciatura na sua língua natural, não significa que haja um efetivo processo de inclusão, e sim apenas a garantia de um direito básico institucional: o acesso à educação em todos os níveis.

O Ensino Superior ainda é uma oferta de difícil acesso na vida dos surdos, devido ao déficit educacional que a maioria deles possui pela razão de que frequentaram o ensino básico regular numa época anterior à regulamentação da Lei do Intérprete e dos planos nacionais de Educação Inclusiva, enfrentando assim a invisibilidade e descaso na maior parte das escolas e instituições sociais.

Essa situação era ainda mais grave antes da publicação da Lei 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e, posteriormente, em 2005, com o Decreto 5.626 (BRASIL, 2005) que regulamentou e reconheceu a Libras como língua aqui no Brasil, estabelecendo em seu Art. 2º, a acessibilidade como a “possibilidade



e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação” (BRASIL, 2005, n. p.), onde no capítulo IX explica como comunicação a “forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil” (BRASIL, 2005, n. p.).

Pela Lei Brasileira de Inclusão, lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), temos uma forma de garantir melhores condições de vida, e uma melhor segurança ao se tratar na inclusão que devemos ter na sociedade e no meio em que vivemos e frequentemos. Com isso, reconhece-se pela lei, principalmente a garantia de melhorais da inclusão, e se entende possibilitar a garantia dos direitos às pessoas com surdez especificamente.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, n. p.).

A referida lei, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), complementa no artigo 3º, III sobre as tecnologias que assistivas ou ajuda técnica, em que nos interessa nesta pesquisa também, que são entendidas como

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015, n. p.).

No Brasil, não é uma realidade na maioria das cidades a obrigatoriedade de as escolas serem bilíngues ou mais acessível para os surdos ainda. A comunidade surda, em que depende diretamente dessa inclusão acaba sofrendo com essa dependência. Apesar da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em que propõe direitos a educação não há uma certa garantia que isso realmente aconteça. O Art. 8º, XIII E XIV abaixo declara melhor o que a Lei propõe: “XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida; XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (BRASIL, 2021, n. p.).

É importante para os surdos aprender a adquirir a sua língua natural, ou primeira língua (L1) a Libras, e pela segunda língua (L2) o Português escrito. Em que ambas as línguas, acabam se complementando e sendo necessárias em várias situações. Nas escolas bilíngues, por exemplo, é uma das formas de impactar a sociedade da necessidade de utilização tanto do Português como de Libras.



Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.

Todas essas leis foram conquistadas à duras penas, em que as comunidades usuárias destes serviços e direitos sempre reivindicaram melhores condições de acesso, por isso, no contexto brasileiro em que nos encontramos as leis se fazem tão necessárias para o cumprimento da acessibilidade como podemos refletir no tópico a seguir.

A acessibilidade para surdos e o contexto da UFERSA

Conforme o decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, art. 8º, I:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004, n. p.)

Logo, é válido refletirmos acerca da afirmação no Projeto Político Pedagógico - PPC do curso de Licenciatura em Letras Libras, no qual nos debruçamos nesta pesquisa, que nos atualiza (UFERSA, 2018, p. 23) de que “a Língua Brasileira de Sinais é parte da construção identitária surda e cumpre o papel de elemento integrador da comunidade surda em sociedade”.

E destaca ainda que:

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Libras é construído com base nas propostas políticas de acessibilidade visadas pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Este curso endossa, portanto, as estratégias e medidas de ações afirmativas a fim de garantir permanência de um universo



plural de estudantes no âmbito da formação de Ensino Superior, garantindo a acessibilidade conforme previsto na Lei Nº 5296/2004 (Lei de Acessibilidade) (UFERSA, 2018, p. 23).

No mesmo documento é reforçada ainda a contribuição da instituição quanto ao uso linguístico nos seus espaços e quando falamos especificamente sobre a acessibilidade, é importante salientar que a Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), estabelece alguns critérios para a promoção da acessibilidade, incluindo locais urbanizados, transportes coletivos, sistemas de comunicação, etc. No art. 17 da referida Lei, no que se refere à surdez, consta:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. (BRASIL, 2000, n.p.)

Com isso, é necessário remover as barreiras de comunicação existentes para os deficientes. A informação nos espaços da UFERSA é essencial para a interação e participação acadêmica de um surdo, pois a possibilidade de ter autonomia em saber lidar com determinadas situações sem o auxílio de um intérprete, se torna uma forma de motivação e engajamento no meio acadêmico.

Ao pensarmos na acessibilidade no contexto da UFERSA, percebemos que a implementação da Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social - CAADIS é de extrema importância devido a sua participação em ações de inclusão, como a acessibilidade 23 em ambientes da UFERSA. Logo, para os surdos há uma necessidade de auxílio no processo de acessibilidade, em que as informações repassadas precisam passar por uma tradução, por exemplo, no caso da comunidade surda participante da universidade.

Tal como editais, atividades, bolsas e outras ações precisam ter uma atenção na sua forma de repassar as informações, pois na maioria das vezes os surdos precisam de uma tradução com ouvintes em Libras, em que ficam dependentes para compreender e ajudar no que for necessário. Com isso, os surdos acabam se limitando, não conseguindo ter uma boa acessibilidade na maioria das ações da UFERSA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar o questionário de acordo com os procedimentos metodológicos, os alunos surdos da UFERSA Campus Caraúbas se disponibilizaram para a pesquisa, na qual, o questionário bilingue (Libras e Português escrito) no formato do Google Forms, identificou o

processo de acessibilidade dentro da universidade, como suas dificuldades e seus pontos a serem melhorados.

O primeiro questionamento se retrata ao qual o semestre está cursando atualmente, e tivemos respostas na qual a maioria está acima do sexto período, e apenas 2 pessoas no terceiro e quarto. É importante saber o seu período devido ao processo de adaptação que os surdos vêm passando na faculdade, em que quanto mais tempo estão cursando, mais estão acostumados com o mínimo de acessibilidade prestada pela universidade, como vemos frequentemente, infelizmente.

Com isso, é bastante necessário o aluno surdo ter opiniões claras sobre a acessibilidade, a partir de auxiliar o seu processo de inclusão, para um bom desenvolvimento na UFERSA. Em que na dificuldade sempre ter como recorrer a alguma solução, como também buscar melhorias para se adaptar no ambiente social e acadêmico.

Ao perguntarmos sobre quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos no campus Caraúbas da UFERSA, e as respostas declaradas pelos alunos surdos apresentam as principais dificuldades, em que alguns conseguiram demonstrar com melhor clareza o seu ponto de vista, outros apenas declararam sofrer com esse obstáculo no processo de inclusão. Alguns alunos apontam que ainda se configura como normal, outros mostram que de forma geral ainda há uma dificuldade de comunicação em todo o âmbito da UFERSA.

Um depoimento que nos chamou atenção é de um aluno que fala da importância da prática em Libras para que – os ouvintes – possam aprender e não esquecerem a língua aprendida ou até mesmo como um reforço didático nas aulas. Contudo, a pandemia nos trouxe uma série de fatores, como é apontado por essa diminuição do contato com os surdos em interações presenciais, ou como aponta o aluno A7 sobre a sua situação na pandemia e com o acesso às aulas remotas que foi um fator de dificuldade.

Pois, percebe-se que os alunos tiveram dificuldade sobre o ensino remoto da UFERSA, em que por estarem em casa, alguns acabam relaxando e não dando prioridade às aulas, ainda mais com os desafios exigidos para um conforto ao acompanhar aulas remotas, não tendo nenhum tipo de distração, algo que é comum por estarem dentro de casa. Por isso, vê-se a necessidade de ter um bom acompanhamento com os alunos, garantindo assim o seu aprendizado e incentivando sobre estudar o conteúdo repassado.

Logo após, foi questionado aos discentes sobre a utilização do site institucional da UFERSA, em que teve uma variância bastante grande das dez respostas registradas, dessa forma, concluímos que os alunos costumam utilizar o site e de modo geral, vemos que o site da UFERSA acaba sendo utilizado, visto que na maioria dos surdos acabam não tendo um bom

contato com a plataforma, e com isso não conseguem ter um bom entendimento das informações, como veremos a seguir. Por isso, a responsabilidade de uma boa acessibilidade nos sites institucionais.

Ao questionarmos sobre a dificuldade em se comunicar com os servidores, temos que cerca de 80% dos alunos se sentem afetados por isso. Visto que esta barreira acontece devido à falta de aprendizado e capacitação dos servidores ao se tratar de Libras. Ou seja, a maioria dos servidores acabam não dando importância a língua de sinais, e assim, não conseguindo se comunicar.

Diante disso, vemos a necessidade dos servidores em aprender Libras, para que haja uma interação entre os discentes, e até mesmo como garantem as legislações sobre acessibilidade linguística para as pessoas surdas (BRASIL, 2000, 2005, 2010, 2015). Também foi perguntado o que acham de os servidores aprenderem Libras, tivemos uma resposta em cerca de 70% concordando “sim” e 30% assinalando como “talvez”, visto que para alguns isso é essencial para a acessibilidade.

Posteriormente, temos o questionamento sobre as aulas de Letras Libras. Em que nesta pergunta englobam tanto as aulas específicas de formação em Libras, como as de base comum ou processos didáticos que possuem outros professores da área específica e que ensinam Libras. Vemos que pelas respostas apresentam que 60% dos alunos afirmaram sentir dificuldades, isso significa uma grande dependência da necessidade de acessibilidade nas aulas.

Isto é, a metodologia em si adotada por professores, as vezes acabam não favorecendo muito aos surdos, e assim, o prejudicando no seu processo de aprendizagem. Em que nos faz pensar em como estão sendo as aulas, e em nossa reflexão vemos que muitas vezes aulas não são pensadas nos surdos, por mais que estes alunos estejam no curso há muito tempo, ou que até mesmo os professores na área específica têm dificuldades em proporcionar uma boa aula para os alunos surdos em processo de formação.

Uma das questões que levamos em consideração também é o fato da acessibilidade em sala de aula que não possui professores ministrando em Libras, fazendo-nos interessar em saber como os alunos surdos avaliam este serviço de acessibilidade. Para o questionamento dos intérpretes, temos os alunos surdos as respostas em uma escala de 0 a 10 em quesito do nível de atuação dos intérpretes de Libras na UFERSA. Logo, a maioria dos discentes demonstraram ter uma boa relação com os intérpretes dando nota máxima para o seu desempenho.

Porém, entrevemos que com esta pandemia os intérpretes sentiram dificuldades, em que por ser remoto, tiveram que trabalhar em casa, tendo que depender totalmente da tecnologia

remota, internet e outros equipamentos, em que algumas vezes acabou prejudicando os alunos surdos neste processo.

Outro ponto debatido, foi o local em que os alunos sentem mais dificuldades e facilidades em se comunicarem, em que foi demonstrado que a maioria das respostas dos discentes surdos foi no “bloco da biblioteca”, onde se sentem afetados por não conseguir ter uma boa inclusão tanto dos servidores, como dos alunos. Outro espaço bastante votado, é o centro de convivência (CC) onde tem o encontro de todos os alunos, de todas as áreas.

E com isso, os surdos não conseguindo ter uma interação com ouvintes, e tendo dificuldades em se comunicar, assim como na cantina que se estabelece no espaço. Com isso, podemos comprovar que a partir deste mesmo gráfico na cor azul vemos que praticamente todos os ambientes do Campus UFERSA Caraúbas estão defasados em questão de acessibilidade para surdos, sendo algo preocupante, visto que há um curso de Letras Libras na universidade.

Também é questionado sobre qual o local os alunos sentem mais à vontade para se comunicar em Libras. Algumas respostas acabaram se tornando divergentes, e os alunos acabaram demonstrando um pouco mais das suas preferências pessoais. Vemos melhor no gráfico como foi distribuído a porcentagem, sendo a maioria em sala de aula, com 6 votos. Posteriormente a sala de aula, tivemos o centro de convivência com 5 votos. E o local em que teve menos indicação foi o bloco administrativo, com apenas 2 votos. Porém, tendo duas realidades de alunos em que declararam não ter nenhuma dificuldade em se comunicar no Campus.

Logo, esse questionamento retrata a dependência de alguns alunos e de outros não. Em que alunos que já estão mais avançados no curso, se sentem mais à vontade para se comunicar nos ambientes da UFERSA. Sendo que outros, acabam tendo a dificuldade de se incluir em alguns locais, ficando a depender de auxílio do interprete ou de alguém que conheça a língua de sinais.

Nosso último questionamento para ambos os perfis de participantes (alunos e professores surdos) era de saber as possíveis sugestão para melhorar a acessibilidade para surdos no campus da UFERSA, vale salientar que todas as perguntas tinham vídeos em Libras para explicar a questão, além de que está em específico, oferecia a possibilidade de fazer o *upload* de um vídeo em Libras, caso se sentissem à vontade para responder em sua L1.

Logo, tendo como respostas os professores e alunos surdos conseguiram demonstrar alguns pontos importantes sobre a acessibilidade, como, por exemplo o uso das redes sociais, em que na maioria das vezes não há uma certa interação para os surdos, sem tradução para L2, o que acaba dificultando o entendimento dos participantes. Outro ponto, que também foi citado

é em relação às salas de aulas, onde a metodologia adotada pelos professores acaba não sendo frutífera em alguns momentos para os surdos, com atividades em L2 sem o suporte devido para isso, sendo necessário depender diretamente de outra pessoa para compreender o assunto, como os mesmos apontam.

Também é dito sobre o aluno não conseguir ter acesso a informação no campus, e pelos servidores não conseguirem se comunicar. Algo inadmissível ao pensar que dentro do ambiente acadêmico, é necessário ter uma boa integração dos alunos, os fazendo se sentirem confortáveis e capazes de serem autônomos suficientes para interagir com o meio. Diante disso, percebe-se a necessidade de uma melhoria da acessibilidade na UFERSA, principalmente para surdos, tendo em vista remover barreiras de comunicação existentes para os surdos, pois a possibilidade de ter autonomia em saber lidar com determinadas situações sem o auxílio de um intérprete, seja uma forma de motivação e engajamento no meio acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última parte do trabalho, também é considerada uma das mais importantes, tendo em vista que nesta sessão, deverão ser dedicados alguns apontamentos sobre as principais conclusões da pesquisa e prospecção da sua aplicação empírica para a comunidade científica. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como diálogos com as análises referidas ao longo do resumo.

A referida pesquisa objetivou investigar como acontece a acessibilidade linguística para surdos na UFERSA Caraúbas – RN e quais as possibilidades de melhoria, tendo em vista percebê-la e, a partir disso, promover formação para os servidores, como também propor um protocolo de atendimento que auxilie no processo de acessibilidade em Libras para surdos. Especificamente, buscamos: 1 - Identificar as principais dificuldades e facilidades enfrentadas pelos alunos surdos na universidade. 2 - Refletir sobre as possíveis melhorias no processo de atendimento a surdos e acessibilidade linguística.

Para o entendimento das necessidades e das dificuldades da acessibilidade no âmbito acadêmico e social, a pesquisa partiu da base com dez alunos e dois professores surdos, e, por meio das respostas ao formulário com questionamentos sobre os desafios encontrados foi possível expressar opiniões sobre a acessibilidade no campus Caraúbas, bem como, sugerir melhorias capazes de superar barreiras comunicativas existentes nos ambientes da universidade voltadas ao linguístico.



Portanto, na busca por entender as necessidades vemos que o processo de acessibilidade depende diretamente de um espaço educacional, onde tenha a presença de ambientes bilíngues para que alunos e professores surdos sintam-se de fato integrados, respeitados e estimulados a construir interações sociocomunicativas de maneira plena, com desenvolvimento cognitivo, intelectual, cultural e com autonomia nas ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto 5.626, de 26 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 23. ago. 2016.

BRASIL. Gabinete do Senador Efraim Morais. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Acessibilidade: passaporte para cidadania das pessoas com deficiência e legislação correlata.** Brasília: Senado Federal, 2006, p. 99.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1º de setembro de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm. Acesso em: 21 ago. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Coordenação Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão Social 2022.** Mossoró: UFERSA, 2022. Disponível em: <https://caadis.ufersa.edu.br>. Acesso em: 28. jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Relatório de Gestão 2017.** Mossoró: UFERSA, 2017. Disponível em: https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2018/08/RelatoriodeGestao2017_UFERSA.pdf. Acesso em: 26. ago. 2018.